



FORMAÇÃO DE PARCERIAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

CORRÊA, Érico Kunde¹; CORRÊA, Luciara Bilhalva²

¹Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – UFPel. Av. Ildelfonso Simões Lopes, 2791 - CEP: 96060-290 - Pelotas/RS e-mail:ekcorrea@cefetbg.gov.br. ²Doutora em Educação Ambiental - FURG.

1. INTRODUÇÃO

Uma escola que deseje ser inclusiva deve permitir a visão clara por parte dos alunos de que todos os seres humanos são diferentes. Esta diferença é a mesma que possibilitou que Charles Darwin formulasse a teoria da evolução. Além disso, esta mesma diferença é que permitiu que, decorridos 4,5 bilhões de anos, desde o momento em que surgiu a vida na terra, com uma simples bactéria anaeróbia, chegamos aos dias de hoje, com a biodiversidade, incluindo a diversidade humana. Deste modo, a escola deve permitir que os alunos compreendam que a condição humana pressupõe que: pensamos de forma diferente, agimos de forma diferente diante de situações similares, sentimos o mundo ao nosso redor de forma diferente e principalmente, aprendemos de forma diferente.

Infelizmente, é possível observamos situações de segregação e exclusão no sistema educacional. Ainda hoje, esquecemos a individualidade, que proporciona a heterogeneidade de nossa sociedade. Assim, a inclusão deve permitir a plena participação das pessoas deficientes em todos os processos, como por exemplo: no trabalho, em atividades de lazer, no âmbito social, e por último, mas não menos importante, no plano educacional (da pré-escola ao pós-doutorado).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, há cerca de 610 milhões de pessoas com deficiência no mundo, das quais 386 milhões fazem parte da população economicamente ativa. Avalia-se que 80% do total viva nos países em desenvolvimento. O Censo realizado em 2000 pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – afirma que no Brasil, existem 24,5 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência, o que significa que 14,5% da população brasileira apresentam alguma deficiência física, mental ou dificuldade para enxergar, ouvir ou locomover-se. Os dados do censo afirmam ainda, que 4,1% apresentam deficiência física e 22,9% deficiência motora (MELLO, 2006).

Uma situação inusitada que nossa sociedade está vivenciando, diz respeito às diversas leis, acordos e declarações que são assinadas visando assegurar a inclusão. Entretanto, ainda observamos situações de segregação e exclusão do sistema educacional. Ainda hoje, esquecemos a individualidade, que proporciona a heterogeneidade de nossa sociedade. Deste modo, apesar da legislação existente os diferentes infelizmente ainda são excluídos.

Um exemplo de ação que pode favorecer a inclusão no município de Santo Augusto é a implantação de um programa de cooperação entre a EEEMSAP, a

UNED Santo Augusto e a APAE. Para tanto, este projeto objetiva o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais das instituições envolvidas, visando o pleno desenvolvimento do indivíduo, bem como seu preparo para o exercício da cidadania e sua inserção no mundo do trabalho.

Como forma de incentivar mecanismos de inclusão no município de Santo Augusto e cidades vizinhas, este projeto propõe a cooperação entre o CEFETBG - UNED - Santo Augusto, a APAE (única instituição no município especializada em educação especial) e a Escola Estadual de Ensino Médio Senador Alberto Pasqualini (EEEMSAP), que atende tanto alunos do ensino regular como alunos com necessidades educacionais especiais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste estudo será utilizada a abordagem metodológica qualitativa, que envolve a obtenção de dados descritivos em contato direto com a situação estudada. Entre os diversos tipos de pesquisa qualitativa, será utilizado o estudo de caso. Porém, como serão analisadas mais de uma instituição de ensino, o estudo será composto por múltiplos estudos de casos. As informações serão obtidas através das falas dos sujeitos por meio de entrevista e do registro das observações diretas, ambas efetuadas durante o processo de implantação e execução deste projeto. Cabe destacar que, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, é possível obter uma grande quantidade de informações a partir de poucas amostras (MERRIAN, 1998). Os dados obtidos serão organizados e analisados segundo o recomendado por MORAES (2003), permitindo aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados, a partir de uma análise criteriosa das informações obtidas.

O projeto de cooperação entre as três instituições de ensino visa atuar em 3 diferentes frentes de atuação: a primeira será a de implantar uma oficina de hortifrutigranjeiros, no terreno da APAE, que possibilite tanto a capacitação dos alunos com necessidades especiais na produção vegetal, como o envolvimento de professores e alunos do CEFET, atuando como formadores; a segunda diz respeito ao estabelecimento de um jardim dos sentidos, que objetiva a percepção e valorização do mundo vegetal por outros meios além do olhar, na área da UNED Santo Augusto. Assim, O jardim dos sentidos objetiva a percepção e valorização do mundo vegetal por outros meios além do olhar. Será de grande importância educativa, sobretudo para os portadores de deficiência visual. Neste jardim serão enfatizadas diferentes espécies vegetais que se destacam pelo cheiro, textura e forma de folhas, caules, flores, frutos e sementes. A terceira frente de trabalho será desenvolvida na sala de recursos multifuncionais da EEEMSAP, e terá por objetivo oferecer a comunidade das três instituições de ensino materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ponto de partida, é interessante destacar o estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde, que estima que aproximadamente 10% da população mundial possui alguma deficiência. Na perspectiva nacional, em 2000, o Censo Demográfico/IBGE, usando um conceito amplo de deficiência, identificou na população brasileira 24.600.256 de pessoas, ou seja, 14,4% de pessoas com alguma dificuldade de ouvir, enxergar, locomover-se ou com deficiência mental.

Por outro lado, uma questão inquietante para a sociedade durante muito tempo, e que ainda é extremamente atual é: “Qual é o termo correto - portador de deficiência, pessoa portadora de deficiência ou portador de necessidades especiais?” Este tipo de indagação ainda pode causar certo desconforto quando utilizada de maneira errônea. No entendimento de Sasaki (2003), jamais houve ou haverá um único termo correto. Isto pode ser atribuído ao fato das mudanças culturais que a sociedade sofre ao longo do tempo. Porém, atualmente podemos notar a tendência de abolir o uso da palavra “portadora” (como substantivo e como adjetivo). Pois a pessoa não porta uma deficiência, mas sim esta deficiência faz parte. Convergente a isto, uma pessoa só porta algo que ela possa não portar, deliberada ou casualmente. Cabe citar o exemplo elucidativo: “uma pessoa pode portar um guarda-chuva se houver necessidade e deixá-lo em algum lugar por esquecimento ou por assim decidir”. Porém, isto sem dúvida não pode ser feito com uma deficiência. Juntamente com a questão da denominação, as pessoas com necessidades especiais alcançaram uma evolução para sua inclusão na sociedade ao longo da história da humanidade, conforme demonstrado na Fig. (1).

Neste sentido, a educação inclusiva, que tem por princípio, fazer com que todas as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas condições pessoais, culturais ou sociais. Cabe aos sistemas de ensino matricular todos os alunos, organizando-se para atender inclusive as crianças com diferentes tipos de deficiências, dando condições necessárias para a educação de qualidade para todos. Porém, há muita resistência por parte da família em incluí-las na escola regular, pelo temor de que sejam discriminadas e estigmatizadas (MITTLER, 2003).

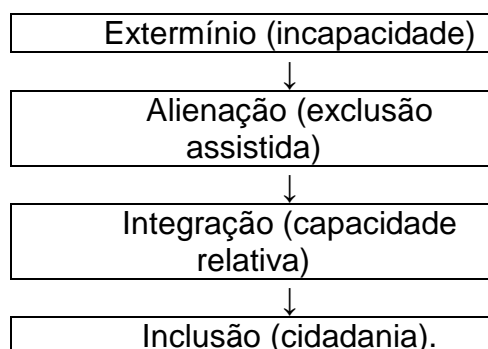


Figura 1: Evolução alcançada pelas pessoas com necessidades especiais.

Uma das ferramentas que podem auxiliar na inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, e que procura garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, altas habilidades ou superdotado é a Sala de Recursos Multifuncionais. Este espaço é organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento. Esse atendimento poderá ser paralelo ou fora do horário das classes comuns. Uma mesma sala de recursos, conforme cronograma e horários pode atender alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Assim os alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais são aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente.

Por outro lado, quando abordamos a questão das escolas especiais, uma das organizações que mais atua em prol dos deficientes, e não pode ser esquecida é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A filosofia da instituição

está centrada na promoção dos direitos, de ações de defesa e orientações voltadas para a melhoria de qualidade de vida dos deficientes (APAE). Neste sentido, a APAE atua na educação de jovens e adultos, buscando o incremento de habilidades no deficiente que permitam assumir uma vida de forma plena, interagindo com o meio em que vive, bem como facilitando a inserção no mundo do trabalho.

Por outro lado, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, tem como missão “proporcionar a formação integral de seus educandos, tendo em vista a constante evolução do mercado de trabalho, oferecendo profissionais capazes de aliar o conhecimento da ciência e da técnica ao crescimento do ser humano como pessoa e cidadão consciente, a elaboração de projetos de pesquisa e extensão, o intercâmbio interinstitucional e o constante aperfeiçoamento de valores que possibilitem a transformação social e econômica do país.” Assim, ações de cooperação interinstitucional que possibilitem a melhoria social estão contempladas na função que nossa instituição de ensino deve desempenhar.

Em convergência destes aspectos, este projeto de pesquisa visa o estreitamento dos vínculos do CEFETBG - UNED - Santo Augusto com instituições de ensino que atuem no atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais. No município de Santo Augusto foram identificadas duas instituições com estas características: a APAE (única instituição no município especializada em educação especial) e a Escola Estadual de Ensino Médio Senador Alberto Pasqualini (EEEMSAP), que atende tanto alunos do ensino regular como alunos com necessidades educacionais especiais.

4. CONCLUSÃO

Assim, a partir da implantação do presente plano de cooperação, espera-se que as instituições de ensino envolvidas possam ensinar além da língua portuguesa, física, matemática, geografia, história, sociologia e disciplinas técnicas, possam transformar-se em instituições inclusivas. Deste modo, este projeto busca em sua essência a evolução da sociedade, possibilitando a minimização de atitudes exclusivas de nossa coletividade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAE. Cartilha de Habilidades básicas e de Gestão. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2000. 196p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso demográfico 2002: Resultados do universo. Disponível em < URL: [ftp://ftp.ibge.gov.br/censos/censo demografico2000](ftp://ftp.ibge.gov.br/censos/censo_demografico2000)> Acesso em: 12 mai. 2008.

MEC. Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília, DF, 2006. 180 p.

MELLO, M.A.F. A Tecnologia Assistiva no Brasil. In: 1º FÓRUM DE TECNOLOGIA ASSISTIVA E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA DEFICIENTE, 2006, Belém. Anais... Belém: UFPA, 2006. p. 04-10.

MERRIAM, S.B. Qualitative Research and Case Study Applications in Education: revised and expanded from case study. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998. 248p.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, UNESP, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

Sasaki, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. Anais eletrônicos...* São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16. Disponível em: <<http://www.bauru.apaesaopaulo.org.br>>. Acesso em: 25 abr. 2008.